

TRADITIONAL TERRITORIES ARE STRATEGIC SPACES AGAINST THE CLIMATE CRISIS

TEMA Research Network is a collective working on the centrality of traditional territories in the face of climate change.

As COP 30 starts in Belém do Pará, we call for urgent action on recognition and demarcation of traditional territories in Brazil, increasingly threatened by the advance of energy, mining, and agribusiness frontiers.

Members of the TEMA network have worked with Indigenous peoples, quilombolas (traditional Afro-descendant communities) and other traditional communities on issues such as the expansion of solar farms in northern Minas Gerais; lithium mining in the Jequitinhonha Valley; projects for the exploitation of so-called strategic minerals in Minas Gerais and Amazonia; the proliferation of large hydroelectric dam complexes on the Madeira, Xingu, and Tocantins rivers in Amazonia; and the plantations of palm oil in northeastern Pará and sugarcane in northern Rio de Janeiro, as well as eucalyptus in Minas Gerais for the production of biofuels. In addition, the TEMA Network has investigated the persistence of the fossil energy matrix, monitoring the expansion of oil and gas frontiers in the Pre-Salt layer, in the Southeast, and at the mouth of the Amazon river.

These studies demonstrate how energy transition and decarbonization policies have been conducted through practices that disregard the central role of Indigenous peoples, quilombolas, and other traditional communities and their knowledges in sustaining biodiversity in their ecosystems. Even initiatives that present themselves as climate solutions, such as REDD+ projects (emission compensation mechanisms that propose payment for maintaining standing forests) and bioeconomy projects (initiatives that seek to use market mechanisms to generate economic value from forest biodiversity) have been implemented without proper consultation, reproducing old colonial logics of expropriation and territorial domination.

At this moment when leaders from all over the world gather to discuss new regulatory frameworks and the challenges of the climate crisis, it is essential to recognize that:

• there is no climate justice without guaranteeing territorial rights for Indigenous peoples, quilombolas, and other traditional communities;

- climate justice implies distributive justice: the right to energy must be guaranteed alongside territorial rights;
- current “energy transition” policies do not question the pattern of production and consumption and promote an “energy expansion” based on adding new energy sources rather than replacing existing ones;
- the race for the diversification of energy sources establishes new colonization frontiers and aims to sustain the expansion of commodity production;

• the territories of Indigenous peoples, quilombolas, and other traditional communities are under threat and have been subject to various forms of violence;

- the territorial rights of these communities, as well as environmental regulations, are under attack in Brazil (e.g. the ‘Time Frame’ law on Indigenous land rights and the new Environmental Licensing Law);
- international agreements, such as the ILO Convention 169, which ensures the right to Free, Prior, and Informed Consent for Indigenous peoples, quilombolas, and other traditional communities, have been distorted by governments and companies with economic interests in their territories;
- countries of the Global South are subordinated as producers of raw materials to respond to the demands of global elites, reproducing a process of re-primarization of national economies.

The TEMA Network reaffirms that

solutions to the environmental and climate collapse require:

• protection of traditional territories, land regularization, and autonomy in their management;

- recognition of the multiple ways of inhabiting, producing, and protecting the territories;
- strengthening traditional agricultural systems;
- respect for the fundamental and non-negotiable rights of traditional peoples and communities;
- guarantee of Free, Prior, and Informed Consent, as recognized by ILO Convention 169;
- valuing of Indigenous, quilombola, and traditional peoples’ lands as sites of ecological protection.

CLIMATE JUSTICE BEGINS IN TRADITIONAL TERRITORIES!



grupo de estudos
amazônicos e ambientais



LIQUIT
VOZES DOS TERRITÓRIOS

REDE
TEMA
TERRITÓRIOS E MEIO AMBIENTE

TERRITÓRIOS TRADICIONAIS SÃO ESPAÇOS ESTRATÉGICOS CONTRA A CRISE CLIMÁTICA

A Rede TEMA de pesquisa, um coletivo com atuação na área socioambiental, tem como objetivo destacar a centralidade dos territórios tradicionais no enfrentamento das mudanças climáticas.

Por ocasião da COP 30, em Belém do Pará, manifestamos a urgência do reconhecimento e da demarcação dos territórios tradicionais no Brasil, cada vez mais ameaçados pelo avanço das fronteiras energética, minerária e agropecuária.

Muitas situações envolvendo os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais têm sido estudadas por integrantes desta Rede, como a expansão de fazendas solares no norte de Minas Gerais; a mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha e os projetos de exploração dos chamados minerais estratégicos em Minas Gerais e na Amazônia; a proliferação de grandes complexos hidrelétricos nos rios Madeira, Xingu e Tocantins, na Amazônia; e as plantations de óleo de palma no nordeste paraense e de cana-de-açúcar no norte fluminense, assim como eucalipto em Minas Gerais, voltadas à produção de biocombustíveis. Além disso, a Rede TEMA tem investigado a permanência da matriz fóssil de energia, acompanhando a expansão das fronteiras de exploração de petróleo e gás na camada Pré-Sal, no Sudeste, e na região da foz do Amazonas.

Esses estudos demonstram como as políticas de transição energética e descarbonização têm sido conduzidas por práticas que desconsideram o papel central dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e de seus conhecimentos para a sustentabilidade e a biodiversidade dos ecossistemas. Mesmo iniciativas que se apresentam como soluções climáticas, a exemplo dos projetos de REDD+ (mecanismos de compensação de emissões que propõem o pagamento pela manutenção de florestas em pé) e de bioeconomia (iniciativas que procuram utilizar mecanismos de mercado para gerar valor econômico a

partir da biodiversidade florestal), vêm sendo implementadas sem a devida consulta às comunidades locais, reproduzindo lógicas coloniais de expropriação e dominação territorial.

Neste momento em que lideranças de todo o mundo se reúnem para discutir novos marcos regulatórios e os desafios da crise climática, é fundamental reconhecer que:

- **não há justiça climática sem a garantia dos direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais;**
- justiça climática implica justiça distributiva: o direito à energia se soma ao direito territorial;
- As atuais políticas de “transição energética” não questionam o padrão de produção e consumo e promovem uma “expansão energética” baseada em fontes complementares, e não substitutivas;
- a corrida pela diversificação das fontes de energia constitui novas frentes de colonização e visa a sustentar a expansão da produção de commodities.
- **os territórios de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais estão sob ameaças e têm sido palco de diversas formas de violência;**
- os direitos territoriais dessas comunidades, assim como as normas ambientais estão sob ataque no Brasil (Marco Temporal Indígena e a nova Lei do Licenciamento Ambiental);
- acordos internacionais, como a Convenção 169 da OIT, que assegura o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, têm sido distorcidos por governos e empresas com interesses econômicos nos territórios;

- países do Sul Global se subordinam como produtores de matéria-prima, às demandas das elites globais, reproduzindo um processo de reprimarização da Economia.

A Rede TEMA reafirma que **as soluções para o colapso ambiental e climático exigem:**

- **proteção dos territórios tradicionais, regularização fundiária e autonomia em sua gestão;**
- reconhecimento das múltiplas formas de habitar, produzir e proteger os territórios;
- fortalecimento dos sistemas agrícolas tradicionais;
- respeito aos direitos fundamentais e inegociáveis dos povos e comunidades tradicionais;
- garantia da consulta livre, prévia e informada, conforme preconiza a Convenção 169 da OIT;
- valorização das terras indígenas, quilombolas e de povos tradicionais como dispositivos de proteção da natureza.

**JUSTIÇA CLIMÁTICA COMEÇA
NOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS!**